



# Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

073

## ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD/CONAB

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e doze, às 10 horas, no Edifício Sede da **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do senhor **José Carlos Vaz**, Presidente; dos senhores **Evangevaldo Moreira dos Santos**, **Carlos Carboni**, **José Gerardo Fontelles** e **Edílson Guimarães**, Conselheiros, e do Chefe de Gabinete, **Getulino Oliveira Narciso**, convidado a secretariar os trabalhos, teve início a **ducentésima vigésima quarta (224ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab**. Aberta a reunião, o Presidente cumprimentou a todos e, em especial, à Conselheira Fiscal Renata Lima de Carvalho, reiterando que o Conselho de Administração e o Ministério Supervisor têm convidado o Conselho Fiscal a participar de suas reuniões por entenderem que uma empresa com a importância que a Conab tem para a sociedade brasileira necessita de sintonia e atuação harmônica entre seus fóruns deliberativos e órgãos de controle. A seguir, não havendo Comunicações dos Conselheiros a serem feitas, o Presidente deu início ao primeiro item da pauta, passando à apreciação da **(1) Ata da 223ª reunião ordinária do Conad**, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Em seguida, foi feita a **(2) apresentação do Plano de Providências** concernente ao relatório especial de auditoria feito pela CGU. A este respeito, a Chefe da Auditoria Interna, Substituta, Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, prestou os esclarecimentos pertinentes, na forma que se segue: *“Referimos ao Relatório de Auditoria Especial – CGU n.º 00190.021911/2011-41-A, elaborado pela Controladoria-Geral da União – CGU, em face da auditoria especial realizada na Conab, no período de 02/08/2011 a 30/09/2011. A respeito do assunto, foi atribuída à Audin a tarefa de consolidar as respostas às recomendações exaradas do citado relatório, em forma de Plano de Providências, com base nas informações prestadas pelas diversas áreas da Companhia. Assim, com vista ao Conad, informamos que estamos adotando o mesmo modelo do Plano de Ação elaborado pela Conab para cumprimento do Acórdão – TCU n.º 123/2010. Cada recomendação recebeu um número de Ação a ser implementada, com a indicação da data de início e término, a área gestora responsável, as providências adotadas e o status (andamento). O documento conterá, também, as justificativas do gestor para as recomendações passíveis de não acatamento. O trabalho de consolidação está em andamento e estima-se que será concluído com a elaboração de uma Nota Técnica da Audin, em 31/01/2012, oportunidade em que será disponibilizado para conhecimento da Presidência, do Conad, do Confis, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa e da CGU. (CI Audin/Presi nº 023, de 11/01/2012).* Finda a explanação, o Presidente do Conselho pediu que fosse consignado em ata o bom andamento das providências em resposta aos apontamentos feitos pela CGU, registrando-se a inexistência, por parte da Auditoria Interna, de pontos de preocupação quanto aos encaminhamentos e ações adotadas, estando o Conselho ciente e de acordo com a estrutura proposta para o plano de providências. Na próxima reunião do Conad, prevista para o dia 08/02/2012, o trabalho da Auditoria, já consolidado, será



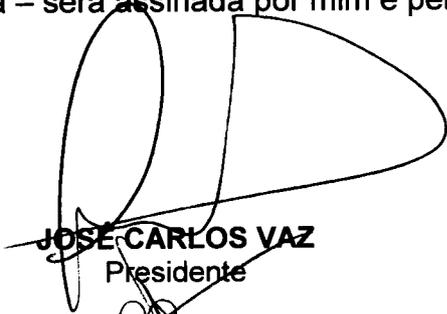
apresentado na íntegra ao Conselho. A seguir, foi abordada a questão do armazenamento de feijão, sobre a qual o Conad havia sugerido um estudo das melhores práticas de manejo, (3) com vistas a evitar a demora do consumo de um produto tão perecível. A Diretoria de Operações e Abastecimento, por meio do seu Superintendente de Fiscalização, informou estar atenta à questão e levantando os dados necessários ao estabelecimento das melhores estratégias, trabalhando inclusive de forma interativa junto a outras entidades. Observou que, em vista da redução de safra, os problemas que surgirem serão localizados, dando ciência ao Conselho sobre a situação de qualidade dos estoques. Com relação as explicações fornecidas sobre o feijão deteriorado no Estado do Pará, feitas ao Conad em sua 223ª reunião ordinária, o Superintendente de Fiscalização esclareceu os seguintes pontos: 1º) informou que as análises solicitadas pela Companhia são micotoxicológicas e não de microtoxinas e microbiologia, como havia sido dito; 2º) à época, quem acompanhou o desenrolar dos fatos foi a Superintendência Federal de Agricultura – SFA/Mapa, e não o Ministério Público; e 3º) registrou-se que a Conab aguardava orientações do Ministério Supervisor para providências quanto ao descarte do produto estragado, quando – na verdade – a Conab solicitou ao Mapa que fosse avaliada a destinação do mesmo para aproveitamento na elaboração de ração animal. Dando sequência ao assunto e à recomendação final do Conad, esclareceu que o Mapa, por meio da SFA/PA e da Coordenadoria Geral de Controle de Qualidade (CGQV) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SPA/Mapa), manifestou sua concordância quanto à destinação do produto para elaboração de ração animal. A Conab acolheu a orientação e solicitou que fossem enviadas as recomendações relativas à operação de liberação do produto, acompanhamento e controle de estoque. Tão logo sejam realizadas as tratativas, a operação será iniciada. Logo após, o (4) Diretor Superintendente do Cibrius compareceu à reunião, com vistas a atualizar o Conselho sobre a situação daquele Instituto de Seguridade e as tratativas para saldamento do déficit existente. O Diretor do Instituto reconheceu o apoio irrestrito que tem recebido da Conab, especialmente em sua atual gestão. Fez uma breve explanação resgatando o histórico do Instituto e do longo processo até que houvesse o reconhecimento do déficit pelos agentes envolvidos (Conab, Dest/MP, Tesouro Nacional e Previc) e proposta de solução para o passivo atuarial existente. Informou que, somente em 2007, o Instituto se tornou solvente e, então, foram retomadas as negociações que viriam a evoluir, de forma significativa, em 2011. Agora, com o reconhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional e a responsabilidade assumida pela Conab, o Instituto está disposto a contribuir no saldamento com a reserva de recursos que conseguiu fazer nos últimos 4 anos. Informou que no próximo dia 25/01, haverá um reunião na Previc para apresentação da solução definitiva. O Conselheiro José Gerardo Fontelles observou que, mesmo com o reconhecimento do passivo, a Conab encaminhava o total dos recursos necessários à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), mas o montante sempre era retirado do orçamento. Uma vez que o problema é de caixa, o Tesouro apresentou três alternativas para o saldamento e, neste momento das negociações, o importante seria uma atuação do Estado sobre a questão: que o Mapa atuasse junto à Casa Civil da Presidência da República, informando que não há qualquer tipo de constrangimento, com vistas a obter uma gestão política desta, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que resulte na garantia de que os recursos necessários não sejam cortados do orçamento. O Presidente do Conselho reiterou a



importância do saldamento do Instituto e da abertura de um novo Plano, medidas que se somarão às soluções demandadas quanto ao fornecimento do Plano de Saúde aos aposentados e novo PDVI, a fim de que se torne viável a implementação efetiva de um Plano de Modernização na Companhia, com realização de concurso público e capacitação, levando-se em conta a massa envelhecida existente na empresa. O Diretor Superintendente do Cibrius, retomando a palavra, solicitou o empenho do Conad e do Ministério Supervisor nas mencionadas gestões políticas, informando que já haviam sido encaminhadas propostas e simulações de pagamento pelo Cibrius, a fim de evitar-se que seja apresentada proposta com a qual o Instituto não possa arcar. Os Conselheiros se dispuseram a colaborar comparecendo em qualquer fórum que fosse necessário. A seguir, os Conselheiros passaram à (5) análise do Relatório Sintético de Atividades da Conab. O Conselheiro José Gerardo Fontelles observou que o documento estava sendo encaminhado em tal nível de detalhamento que deveria haver um parecer conclusivo da área técnica sobre os dados apresentados. O Conad determinou que, doravante, o mencionado relatório seja acompanhado do necessário parecer ou Nota Técnica igualmente conclusiva. O novo Superintendente de Contabilidade da Companhia, com a palavra, esclareceu que, em virtude de estar recém-empossado e de não ter recebido do seu antecessor as pendências existentes, não pôde preparar números mais atualizados para apresentar ao Conselho. Considerando a importância de fechamento de balanço da Companhia, optou por focar os esforços na conclusão de tal, trabalhando para encerrar os registros, inclusive das regionais. Afirmou não ter tido tempo para checar a qualidade das informações, garantindo apenas a apresentação legal e formal dos dados. Todavia, como já exerceu a função de Superintendente de Contabilidade em outra ocasião, disse que, pela sua experiência, em breve, terá condições de se posicionar e aprimorar as informações contábeis da Companhia, com vistas a fornecer uma visão fiel da situação existente. Comunicou ter tido uma conversa preliminar com o Presidente do Conselho Fiscal, tratando especialmente sobre as adequações fiscais, cogitando inclusive implementar a alteração do padrão contábil que vem sendo sugerida às empresas estatais dependentes. O Presidente do Conselho, retomou a palavra, afirmando que a Conab deve trabalhar para se tornar não dependente, estabelecendo e fortalecendo sua parte comercial. Observou que a subvenção do governo deve entrar para dar condições à empresa de crescer comercialmente, ratificando que este é o novo propósito. O Superintendente de Contabilidade comentou, então, a situação contábil híbrida atípica da empresa, que é uma prestadora de serviços ao Estado. Ponderou que a Conab não comercializa mais seus próprios produtos mas os do governo, constituindo-se uma situação delicada. Os Conselheiros perguntaram ao Superintendente se os itens 5 e 6 do relatório demonstravam a realidade da empresa, ao que ele respondeu afirmativamente, considerando que toda operação contábil da Conab é executada por meio do Siafi, tendo sido cumpridas as legalidades e formalidades exigidas pelo Sistema. Afirmou que, tão logo alcance um maior nível de detalhamento da situação, apresentará suas observações e conclusões ao Conad. Sobre a provisão de passivo contingencial, informou que, com relação à análise do valor, considerava-o razoável (em termos de valor) e que, diante do discutido, não se sentia seguro para alterar a quantia provisionada, mas se comprometia em dar andamento em um trabalho de levantamento de dados, com vistas a obter um valor consistente. Afirmou que a reserva destinada ao contencioso judicial e trabalhista ficará como está, por enquanto. Ficou

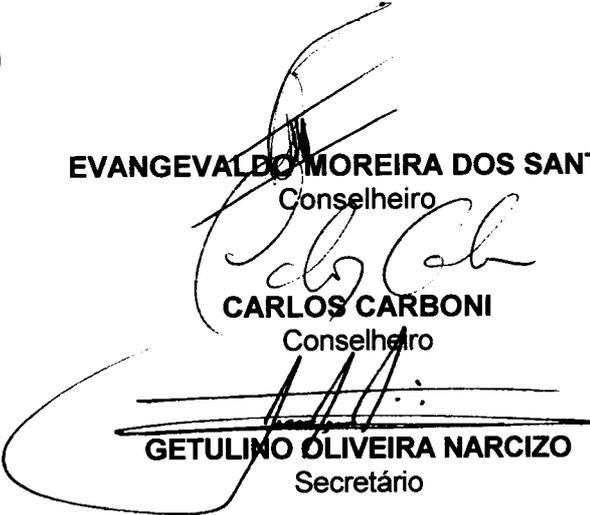


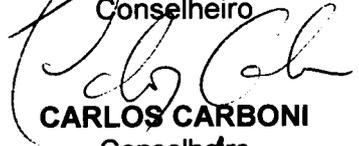
acertado que, na reunião do Conselho de Administração do mês de abril/2012, o Superintendente apresentará o Plano de Trabalho da Sucon. Em tempo, a Chefe da Audin, Substituta, Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, observou que está sendo estabelecido um estreitamento muito proveitoso entre a Audin e a Sucon, nesta nova gestão. A seguir, os Conselheiros voltaram a discutir (6) a questão trabalhista da Companhia, quando os Assessores da Diretoria Administrativa prestaram os esclarecimentos necessários, defendendo a tese de que não existe ilegalidade alguma na extensão do recolhimento do FGTS e multa rescisória de 40% aos Diretores da Companhia, nos mecanismos de incorporação integral e proporcional adotados, nem nos mecanismos de concessão de níveis salariais aos empregados. Observaram que as regras que fundamentam os dois regimes existentes são divergentes, mas que os procedimentos adotados pela Conab se encontravam em acordo com cenário funcional diferenciado existente na empresa. O Procurador-Geral, no entanto, apresentou outra linha de análise e os Conselheiros concluíram que a matéria, extremamente complexa, não estava pronta para ser apresentada ao Conselho de Administração. O Presidente, considerando a importância dos assuntos, que envolvem a projeção de futuro dos empregados da Companhia, retornou o assunto à Diretoria Colegiada, que deverá trabalhar junto as suas áreas técnicas, na construção de uma posição madura que possa ser apreciada pelo Conad. Quando for alcançada uma posição consensual e sólida, os assuntos serão novamente submetidos ao Conselho para uma posição definitiva. (7) Encaminhamento de assuntos à pauta de reuniões: O Conad deliberou no sentido de que todos os assuntos a serem pautados em suas reuniões deverão transitar pela Diretoria Colegiada, para seu posicionamento em nota técnica que os capearão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos participantes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Getulino Oliveira Narcizo, Chefe de Gabinete do Presidente da Conab, lavrei a presente ata que – após lida e aprovada – será assinada por mim e pelos Conselheiros.

  
**JOSE CARLOS VAZ**  
Presidente

  
**EDILSON GUIMARÃES**  
Conselheiro

  
**JOSÉ GERARDO FONTELLES**  
Conselheiro

  
**EVANGEVALDO MOREIRA DOS SANTOS**  
Conselheiro

  
**CARLOS CARBONI**  
Conselheiro

  
**GETULINO OLIVEIRA NARCIZO**  
Secretário